

9. Minérios de Chumbo

Galena e Cerussite

10. Minérios de Manganês

Pirolusite, Psilomelano, Rodocrosite, Rodonite e Manganite

11. Minérios de Molibdénio

Molibdenite

12. Minérios de Volfrâmio

Volframite e Scheelite

13. Minérios de Zinco

Blenda e Zincite

14. Minérios de Bismuto

Bismutite

15. Minérios de Cobalto

Cobaltite e Escuterudite

16. Minérios de Crómio

Cromite e Crocoite

17. Minérios de Níquel

Garnierite, Pirrotite, Nicolite e Pentlandite

18. Minérios de Magnésio

Magnesite e Dolomite

19. Minérios de Bário

Barite

20. Minérios de Estrôncio

Estroncianite e Celestite

21. Minérios de Mercúrio

Cinábrio

22. Minérios de Antimónio

Antimonite

23. Minérios de Berílio

Bertrandite e Berilo

24. Minérios de Arsénio

Arsenopirite

25. Minérios de Cálcio

Calcite, Aragonite, Wolastonite

26. Minérios de Fósforo

Apatite e Guano

27. Minérios de Potássio**28. Minérios de Silício**

Quartzo

29. Minérios de Flúor

Fluorite

30. Outros

Dumortierite, Bentonite, Diatomite, Asbesto, Caulino, Vermiculite, Moscovite, Biotite, Halite, Zeólitos, Biotite, Argilas de Cerâmica Vermelha e Carvão Mineral

III- ROCHAS ORNAMENTAIS

1. Mármore

2. Granitos

3. Anortositos

4. Sienitos

5. Gabros

6. Serpentinóis

7. Labradoritos

8. Riólitos

9. Grés

10. Gesso

11. Dioritos

12. Quartzitos

13. Gneisses

14. Calcários

15. Dolomitos

16. Brechas

17. Dumortierite

18. Madeira Fóssil

IV- MINERAIS RADIOACTIVOS

1. Alanite

2. Autunite

3. Betafite

4. Bastnasite

5. Carnotite

6. Eudialite

7. Euxenite

8. Gadolinite

9. Meta-Torbernite

10. Monazite

11. Perovskite

12. Samarskite

13. Thorite

14. Torbernite

15. Uraninite

16. Uranofano

17. Xenotima

V - Fóssil

Todo e qualquer resto ou vestígio de animais ou vegetais de épocas passadas que aparecem conservados nas rochas cuja formação foi contemporânea deles.

VI - AMOSTRAS MUSEOLÓGICAS

Em princípio, qualquer amostra de qualquer mineral pode ser considerada “museológica”

Todos os minerais que, pelo seu interesse didáctico/científico, sejam merecedores de pertencerem a colecções públicas e privadas.

Decreto nº17/2005**de 24 de Junho**

Havendo necessidade de ajustar as funções do Fundo de Fomento Mineiro às exigências actuais da área geológico-mineira e usando da competência atribuída pela alínea f) do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É aprovado o Estatuto do Fundo de Fomento Mineiro, em anexo, que constitui parte integrante do presente decreto.

Art. 2. O Fundo de Fomento Mineiro, designado abreviadamente por FFM, criado pelo Decreto nº 2/88, de 16 de Fevereiro, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira.

Art. 3. O FFM tem por atribuições:

- a) O apoio e assistência financeira de acções que visem o incremento da exploração mineira de pequena escala e artesanal e do aproveitamento e valorização dos respectivos produtos;

- b) A promoção de formas de associação para o desenvolvimento do sector mineiro de pequena escala artesanal.

Art. 4. Compete ao FFM:

- a) Prestar apoio financeiro ou garantir financiamentos por qualquer forma legalmente admitidos, quer aos serviços e organismos do Estado, quer aos operadores mineiros, com vista ao desenvolvimento de actividades mineiras de pequena escala artesanal, desde que estejam reunidos os requisitos estabelecidos pelo FFM;
- b) Angariar financiamento tanto das entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento da actividade mineira de pequena escala e artesanal;
- c) Apoiar as associações de operadores mineiros de pequena escala e artesanal através de financiamento e aquisição de equipamentos, materiais e utensílios mineiros;
- d) Promover e desenvolver a comercialização de minerais e seus produtos;
- e) Promover a realização de feiras, produção e disseminação de materiais de informação e realização de seminários relativos às actividades mineiras;
- f) Realizar acções de formação profissional em pesquisa, exploração e administração mineira visando melhorar a eficiência da mineração de pequena escala;
- g) Apoiar trabalhos científicos relevantes para o desenvolvimento da mineração de pequena escala e artesanal;
- h) Apoiar acções de mitigação dos impactos negativos provocados pela actividade mineira de pequena escala;
- i) Apoiar a publicação e difusão de estudos e trabalhos de investigação que interessem à valorização da actividade geológico-mineira de pequena escala, nos termos permitidos por lei;
- j) Apoiar a instalação de infra-estruturas tecnológicas e sociais destinadas às comunidades locais, directamente abrangidas pela actividade mineira de pequena escala artesanal.

Art. 5. O FFM é tutelado pelo Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais:

Art. 6. É revogado o Regulamento do Fundo de Mineiro aprovado pelo Decreto nº 2/88, de 16 de Fevereiro.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 24 de Maio de 2005.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Lúsa Dias Diogo*.

ESTATUTO DO FUNDO DE FOMENTO MINEIRO

CAPÍTULO I

Natureza, sede, atribuições e competências

ARTIGO 1

Natureza

O Fundo de Fomento Mineiro, designado abreviadamente por FFM, é uma pessoa colectiva de direito público, com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira.

ARTIGO 2

Sede

1. O FFM tem a sua sede na cidade de Maputo.
2. O Conselho de Administração pode abrir delegações ou outras formas de representação em qualquer ponto do país, por deliberação devidamente homologada pelo Ministro de tutela, ouvido o Ministro das Finanças.

ARTIGO 3

Atribuições

O FFM tem por atribuições:

- a) O apoio e assistência financeira de acções que visem o incremento da exploração mineira de pequena escala e artesanal e do aproveitamento e valorização dos respectivos produtos;
- b) A promoção de formas de associação para o desenvolvimento do sector mineiro de pequena escala e artesanal.

ARTIGO 4

Competências

Compete ao FFM:

- a) Prestar apoio financeiro ou garantir financiamentos por qualquer forma legalmente admitidos, quer aos serviços e organismos do Estado, quer aos operadores mineiros, com vista ao desenvolvimento de actividades mineiras de pequena escala e artesanal, desde que estejam reunidos os requisitos estabelecidos pelo FFM;
- b) Angariar financiamento tanto das entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento da actividade mineira de pequena escala e artesanal;
- c) Apoiar as associações de operadores mineiros de pequena escala e artesanal através de financiamento e aquisição de equipamentos, materiais e utensílios mineiros;
- d) Promover e desenvolver a comercialização de minerais e seus produtos;
- e) Promover a realização de feiras, produção e disseminação de materiais de informação e realização de seminários relativos às actividades mineiras;
- f) Realizar acções de formação profissional em pesquisa, exploração e administração mineira visando melhorar a eficiência da mineração de pequena escala;
- g) Apoiar acções de mitigação dos impactos negativos provocados pela actividade mineira de pequena escala;
- h) Apoiar trabalhos científicos relevantes para o desenvolvimento da mineração de pequena escala e artesanal;
- i) Apoiar a publicação e difusão de estudos e trabalhos de investigação que interessem à valorização da actividade geológico-mineira de pequena escala, nos termos permitidos por lei;
- j) Apoiar a instalação de infra-estruturas tecnológicas e sociais destinadas às comunidades locais, directamente abrangidas pela actividade mineira de pequena escala e artesanal.

CAPÍTULO II

Órgãos de gestão e seu funcionamento

ARTIGO 5

Órgãos

1. São órgãos do FFM:
 - a) O Conselho de Administração;
 - b) O Director.
2. O FFM tem um Departamento de Administração e Finanças.

ARTIGO 6

Composição e mandato do Conselho de Administração

1. O FFM é dirigido por um Conselho de Administração composto por 5 membros nomeados pelo Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais, ouvido o Ministro das Finanças, e terá a seguinte composição:

- a) Dois representantes do Ministério que superintende a área dos Recursos Minerais, sendo um o Presidente;
- b) Um representante do Ministério que superintende a área das Finanças, que será o Vice-Presidente;
- c) Um representante do Ministério que superintende a área do Ambiente;
- d) Um representante do sector privado da área mineira.

2. Os membros do Conselho de Administração são nomeados por um mandato de 3 anos, renovável por um máximo de dois mandatos.

ARTIGO 7

Competências do Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração:

- a) Deliberar sobre as propostas de plano e orçamento anuais e plurianuais, submetendo-as à homologação da tutela;
- b) Garantir a execução das políticas do FFM, no âmbito de fomento da actividade mineira de pequena escala;
- c) Deliberar sobre a contracção de empréstimos junto das instituições financeiras;
- d) Aprovar os balanços e relatórios anuais de contas e submetê-los à homologação da tutela;
- e) Aprovar as normas e procedimentos administrativos e financeiros do FFM;
- f) Propor ao Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais a nomeação e exoneração do Director e dos responsáveis dos Departamentos ou áreas orgânicas criadas de acordo com o regulamento interno;
- g) Autorizar a admissão por contrato ou comissão de serviço, de pessoal técnico e auxiliar que julgue necessário;
- h) Propor o sistema de remunerações do pessoal do FFM.

ARTIGO 8

Competências do Presidente do Conselho de Administração

1. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:
 - a) Representar o FFM em actos e contratos de que o FFM seja parte;
 - b) Convocar e presidir as sessões do Conselho de Administração;
 - c) Zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração.

2. Nas suas faltas ou impedimentos, o Presidente do FFM é substituído pelo Vice-Presidente.

ARTIGO 9

Reuniões

1. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa do presidente ou a pedido da maioria dos seus membros.

2. As deliberações constarão obrigatoriamente das actas assinadas por todos os membros presentes às respectivas sessões.

3. O Director participa nas sessões do Conselho de Administração, sem direito a voto.

ARTIGO 10

Quórum e deliberação

1. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, tendo o presidente voto de qualidade, em caso de empate.

2. O Conselho de Administração só poderá deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros.

3. Nos casos de falta ou impedimento do presidente, caso o vice-presidente não concorde com a deliberação tomada, fará a respectiva declaração de voto e só dará cumprimento à mesma depois da acta ser submetida para aprovação do Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais no prazo de oito dias.

ARTIGO 11

Director

1. O Director deve possuir e experiência relevante na área geológico-mineira e será contratado a tempo inteiro, por concurso público, cabendo a o Conselho de Administração a avaliar e seleccionar os concorrentes.

2. O Director é contratado por um período de 5 anos, renovável.

3. O cargo de Director do FFM é exercido em regime de exclusividade.

4. Compete ao Director:

- a) Gerir o FFM, assegurando e zelando pela execução das suas actividades;
- b) Executar as deliberações do Conselho de Administração;
- c) Elaborar propostas de projectos no âmbito das atribuições do FFM;
- d) Elaborar propostas de programas de actividades;
- e) Assegurar o secretariado do Conselho de Administração;
- f) Elaborar o orçamento anual de acordo com o programa anual de actividades bem como os orçamentos complementares;
- g) Admitir pessoal técnico e auxiliar necessário e exercer sobre eles a competente acção disciplinar.

5. O Director será assistido no exercício das suas funções pelo Chefe do Departamento de Administração e Finanças e por um corpo técnico.

ARTIGO 12

Departamento de Administração e Finanças

Compete ao Departamento de Administração e Finanças:

- a) Zelar pela aplicação das regras e disposições vigentes relativas a os princípios metodológicos de gestão orçamental e contabilística de instituições dotadas de autonomia administrativa e financeira;

- b) Fazer cumprir as normas de contabilidade pública cujo relatório anual de auditoria será parte integrante do relatório anual das actividades do Fundo;
- c) Preparar o processo de elaboração dos orçamentos de funcionamento e de investimento;
- d) Elaborar o balanço e o relatório de execução orçamental.

ARTIGO 13

Obrigações

1. Para obrigar o FFM serão sempre necessárias pelo menos duas assinaturas sendo uma delas a do Director.
2. Para actos de mero expediente valerá a assinatura do Director.
3. O Conselho de Administração fixará no regulamento interno o limite das despesas que podem ser decididas pelo Director.

CAPÍTULO III

Receitas e encargos

ARTIGO 14

Receitas

1. Constituem receitas do FFM:

- a) 25% das receitas provenientes do pagamento dos *royalties* no âmbito da actividade geológico - mineira;
- b) 40% das receitas provenientes do pagamento de taxas relativas a quaisquer autorizações para o exercício da actividade mineira, e as que sejam devidas pela emissão, alteração ou extinção de títulos mineiros;
- c) 60% das receitas provenientes do pagamento de multas por infracção às normas e regulamentos da actividade geológico - mineira;
- d) Rendimentos e contribuições consignados ao FFM;
- e) Os saldos de contas de exercícios findos do FFM;
- f) O produto da locação de máquinas e equipamento pertencentes ao Fundo e affectos às actividades mineiras;
- g) O produto da venda directa ou em hasta pública de bens adquiridos, apreendidos em consequência de transgressões às normas vigentes em vigor ou recebidos a qualquer título pelo FFM, incluindo os pagamentos em espécie resultantes das obrigações assumidas pelos seus beneficiários;
- h) As quantias cobradas por estudos, projectos, análises ou outros serviços prestados a entidades oficiais ou particulares;
- i) O reembolso e amortização de empréstimos e financiamentos concedidos pelo FFM;
- j) Juros de depósitos;
- k) Indemnizações e compensações devidas por força das obrigações assumidas pelos titulares mineiros, bem como bónus e outros prémios devidos por celebração de contratos no âmbito da actividade geológico-mineira;
- l) Quaisquer rendimentos, heranças, legados, subsídios ou donativos de entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;
- m) Quaisquer outras receitas resultantes das actividades do FFM ou que por diploma legal lhe venham a ser atribuídas;
- n) Subsídios do Orçamento do Estado.

4. O Conselho de Administração poderá contrair empréstimos para a prossecução das suas atribuições, mediante autorização prévia do Tesouro Público.

5. Compete aos Ministros que superintendem as áreas dos Recursos Minerais e das Finanças fixar ou consignar ao FFM, outras receitas, além das estabelecidas no presente artigo.

ARTIGO 15

Cobrança

1. As receitas destinadas ao Fundo nos termos do artigo 14 serão cobradas pelos serviços competentes nos termos da lei.
2. As receitas mensalmente arrecadadas deverão dar entrada nos cofres do Fundo até ao dia 20 do mês seguinte a que respeitam.

ARTIGO 16

Depósitos

1. As receitas arrecadadas pelo FFM serão depositadas em instituições financeiras nacionais.
2. Os depósitos serão sempre feitos em nome e à ordem do FFM.

ARTIGO 17

Encargos

1. Constituem encargos do FFM, os resultantes do exercício das atribuições referidas no artigo 3 do presente diploma.
2. Constituem igualmente encargos do FFM as despesas do funcionamento corrente do FFM.
3. As despesas normais de exploração ou manutenção decorrentes de financiamento ou subsídio do FFM são da responsabilidade dos serviços ou entidades beneficiárias, podendo o FFM assumir transitoriamente tais despesas, sem prejuízo de reembolso das mesmas a favor do FFM.

ARTIGO 18

Normas aplicáveis

Ao FFM aplicam-se as disposições legais em vigor relativas à gestão orçamental e contabilística dos fundos dotados de autonomia administrativa e financeira.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 19

Cobrança coerciva

Para os casos de incumprimento de quaisquer obrigações de reembolso ou amortização por parte dos beneficiários do Fundo, este poderá optar pela cobrança coerciva da dívida nos termos da legislação vigente ou pela administração directa do empreendimento mineiro até ser reembolsado dessas quantias, sendo imputadas à exploração as despesas inerentes à gerência.

ARTIGO 20

Pessoal

1. O pessoal do FFM rege-se, conforme os casos, pelas normas aplicáveis aos funcionários do Estado ou pelas que resultem dos respectivos contratos.
2. Os funcionários do Estado podem exercer funções no FFM, em regime de destacamento.

ARTIGO 21

Remuneração do Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada por despacho conjunto dos Ministros que superintendem as áreas dos Recursos Minerais e das Finanças.

ARTIGO 22**Regulamento Interno**

O Ministro que superintende a área dos Recursos Minerais aprovará o Regulamento Interno do FFM, até sessenta dias após a entrada em vigor do presente Decreto.

Decreto n.º 18 / 2005**de 24 de Junho**

Havendo necessidade de melhorar a gestão da qualidade dos produtos da pesca, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 204, da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo. 1. É criado o Instituto Nacional de Inspecção do Pescado, adiante designado por Inspecção do Pescado, e aprovado o respectivo Estatuto Orgânico em anexo, que faz parte integrante do presente decreto.

Art. 2. 1. A Inspecção do Pescado é uma instituição pública, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa.

2. A Inspecção do Pescado está sujeita à tutela administrativa do Ministro das Pescas.

Art. 3. São atribuições da Inspecção do Pescado:

- a) O licenciamento dos estabelecimentos e embarcações de manuseamento e processamento e de meios de transporte dos produtos da pesca e subprodutos;
- b) A certificação dos produtos da pesca destinados à exportação, à circulação interna, assim como dos importados;
- c) A realização de análises laboratoriais dos produtos da pesca.

Art. 4. Compete à Inspecção do Pescado:

- a) Propor a definição de estratégias, políticas e planos no que respeita à qualidade higio-sanitária dos produtos da pesca;
- b) Propor a aprovação de princípios reguladores e estabelecer normas técnicas das actividades de inspecção do pescado e dos laboratórios;
- c) Proceder à inspecção e certificação sanitária dos produtos da pesca destinados à exportação, à circulação interna, assim como dos produtos importados;
- d) Proceder à inspecção e ao licenciamento sanitário das condições higio-sanitárias e sistemas de controlo de qualidade de estabelecimentos e embarcações de manuseamento e processamento e de meios de transporte dos produtos da pesca e subprodutos;
- e) Realizar análises laboratoriais de qualidade dos produtos da pesca;
- f) Participar em programas de pesquisa relacionados com a actividade de inspecção do pescado;
- g) Garantir a acreditação dos laboratórios de análise dos produtos da pesca;
- h) Promover a formação do pessoal interveniente no sistema de inspecção do pescado;

- i) Assegurar o registo das estatísticas referentes à certificação, licenciamento e aos laboratórios;
- j) Assegurar a monitoria e auditoria das condições higio-sanitárias e de garantia de qualidade das unidades de manuseamento, processamento, armazenagem e transporte dos produtos da pesca;
- k) Assegurar a tramitação e conclusão de processos de infracção relativas à inspecção do pescado;
- l) Proceder à cobrança e registo dos valores provenientes das taxas por serviços de certificação e licenciamento sanitários das análises laboratoriais e das multas decorrentes de infracções de pesca;
- m) Prestar assistência no domínio da qualidade sanitária dos produtos da pesca;

Art. 5. Os recursos humanos, materiais e financeiros afectos ao Departamento de Inspecção do Pescado do Ministério das Pescas transitam para o Instituto Nacional de Inspecção do Pescado.

Art. 6. O Ministro das Pescas aprovará o regulamento interno da Inspecção do Pescado até noventa dias após a publicação do presente diploma.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Lúcia Dias Diogo*.

ESTATUTO ORGÂNICO DO INSTITUTO NACIONAL DE INSPECÇÃO DO PESCADO

CAPÍTULO I**Disposições gerais****ARTIGO 1****Natureza e sede**

1. O Instituto Nacional de Inspecção do Pescado, adiante designado por Inspecção do Pescado, é uma instituição pública, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa.

2. A Inspecção do Pescado está sujeita à tutela administrativa do Ministro das Pescas.

3. A Inspecção do Pescado tem a sua sede na Cidade de Maputo, podendo criar Delegações em qualquer parte do território nacional.

ARTIGO 2**Atribuições**

São atribuições da Inspecção do Pescado:

- a) O licenciamento dos estabelecimentos e embarcações de manuseamento e processamento e de meios de transporte dos produtos da pesca e subprodutos;
- b) A certificação dos produtos da pesca destinados à exportação, à circulação interna, assim como dos importados;
- c) A realização de análises laboratoriais dos produtos da pesca.

ARTIGO 3**Competências**

Compete à Inspecção do Pescado:

- a) Propor a definição de estratégias, políticas e planos no que respeita à qualidade higio-sanitária dos produtos da pesca;